

Dívida externa paga, mas com alto custo

Alfredo Kaefer

EMPRESÁRIO E DEPUTADO FEDERAL (PSDB-PR)

A imprensa toda noticiou que dívida externa brasileira acabou. Ela só não noticiou a verdadeira história. Estamos sendo engabelados pela versão oficial, e poucos se deram conta da realidade. Para conseguir o superávit em dólares, de quase 190 bilhões, aumentamos substancialmente nossa dívida interna. Para cada dólar que entra, temos que emitir os reais equivalentes, pois não temos movimentação em dólares - o que é um equívoco histórico que cometemos. Nossa dívida, na prática já está equacionada desde 2006. O sucesso festejado da quitação da dívida externa - tecnicamente inquestionável - não pode nos deixar felizes. A dívida deve sempre ser olhada como um todo. Dívida é dívida. Tanto faz se é externa ou interna. É uma pena, aliás, que ela seja maior na interna do que na externa. Os juros no mundo afora estão bem mais baixos do que aqui

no mercado financeiro interno. Se tivéssemos este estoque de dívida no exterior, teríamos pagado bem menos juros e ainda estaríamos tendo deságio enorme pela valorização do real que ocorreu nos últimos cinco anos. Temos uma dívida interna extraordinariamente alta. Em dezembro de 2003, representava 41,66% do PIB. Em dezembro de 2007, ela representava 51,87% do PIB. Ou seja, em 2003 nossa dívida era de R\$ 881 bilhões e agora, no final de 2007, R\$ 1,335 trilhões.

De acordo com o Tesouro Nacional, o resgate líquido da dívida no mês de janeiro, que são as emissões de papéis menos as liquidações, foi de R\$ 34,3 bilhões. Esse dinheiro foi oriundo do resultado primário do orçamento, fruto do remanejamento da DRU (Desvinculação de Recursos da União) que o congresso autoriza o presidente a movimentar. Foi assim em 2007, quando nossa dívida interna consumiu R\$ 160 bilhões. Deste total, pagamos em efetivo, dinheiro R\$ 101 bilhões reais e rolamos R\$ 60

Na esteira dos juros pagos por toda a sociedade, paga também o governo as mais altas taxas

bilhões em dívida - onde só em janeiro pagamos 34 bilhões.

Os gastos de custeio, com a criação de ministérios e cargos em comissão, para abrigar beneficiários do governo, são exagerados. E não contrapartida, o governo não dá suporte sequer às áreas essenciais da sociedade, como saúde, educação, segurança e justiça - atividades essenciais de estado. Além disso, o governo impõe à sociedade uma carga tributária ano a ano mais elevada que beira aos 40% de arrecadação de impostos sobre o PIB. É a maior parte vai para gastos do poder central, o governo federal.

Fora a carga tributária direta, temos os juros mais altos do mundo. A somatória de impostos, mais juros

pagos pela sociedade, ultrapassa a 50% de tudo o que se ganha, de tudo o que se produz. Na esteira dos juros pagos pela sociedade, paga também o governo, as mais altas taxas de juros. Para rodar sua dívida pública mobiliária, que está num montante de R\$ 1,311 trilhões, cerca de 41% do PIB, o tesouro nacional foi onerado no ano passado em 160 bilhões de reais - 6% do PIB. É dinheiro dos nossos impostos, cerca de 940 bilhões que a sociedade entrega ao governo todo ano aos cofres públicos. Deste total, o governo central arrecadou, só ele, R\$ 602 bilhões - 24% do PIB.

Para exemplificar, lembramos que com 120 bilhões de reais se resolveria todo o problema da habitação do país, mais de 12 milhões de famílias brasileiros. Para isso, bastaria aplicar num único ano 3/4 do que gastamos com juros.

Há outro agravante na dívida pública interna federal. O prazo médio de vencimento é de 40,25 meses. Ora, pensem essa fantástica dívida num prazo tão curto. A própria previsão do governo é que

a dívida aumente ainda mais, variando entre R\$ 1,40 trilhão e R\$ 1,540 trilhão. Isso é inadmissível para um país que se vangloriar por ter em caixa dinheiro suficiente para quitar a dívida externa.

Temos que fazer um grande programa de desestatização e desmobilização de ativos do Estado. Estamos queimando uma Petrobrás inteira, todo ano, em juros, em dinheiro vivo.

Temos que trocar juros internos altos por capitais externos baixos disponíveis no mundo inteiro. Justamente o contrário do que fazemos. Criar também mecanismos para que cada dólar que entre no país não pressione o aumento da dívida interna. O país é dos poucos que não permite a livre movimentação de moeda estrangeira em seu mercado interno.

Ao implantar a CPMI dos cartões corporativos, necessário pelo escandaloso e irresponsável gastos de custeio, estamos caçando uma formiguinha, quando um mastodonte, chamado juros e dívida pública nos massacra.